

Samar - Soluções Ambientais de Araçatuba S.A.

Demonstrações Financeiras Referentes ao
Exercício Findo em 31 de Dezembro de 2016
e Relatório do Auditor Independente

Deloitte Brasil Auditores Independentes Ltda.

RELATÓRIO DO AUDITOR INDEPENDENTE SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Aos
Acionistas e Diretores da
Samar - Soluções Ambientais de Araçatuba S.A.

Opinião

Examinamos as demonstrações financeiras da Samar - Soluções Ambientais de Araçatuba S.A. ("Sociedade"), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2016 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nesta data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Samar - Soluções Ambientais de Araçatuba S.A. em 31 de dezembro de 2016, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras". Somos independentes em relação à Sociedade, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade - CFC, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Outras informações que acompanham as demonstrações financeiras e o relatório do auditor

A Administração da Sociedade é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da Administração.

Nossa opinião sobre as demonstrações financeiras não abrange o Relatório da Administração e não expressamos nenhuma forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório.

Em conexão com a auditoria das demonstrações financeiras, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da Administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações financeiras ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no Relatório da Administração, somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a esse respeito.

Responsabilidades da Administração e da governança pelas demonstrações financeiras

A Administração da Sociedade é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração dessas demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações financeiras, a Administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Sociedade continuar operando e divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e com o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que pretenda liquidar a Sociedade ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento de suas operações.

Os responsáveis pela governança da Sociedade são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações financeiras.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras de auditoria sempre detecta as eventuais distorções relevantes existentes.

As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras.

Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria.

Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtivemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para planejarmos os procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas não com o objetivo de expressarmos uma opinião sobre a eficácia dos controles internos da Sociedade.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela Administração.

- Concluímos sobre a adequação do uso pela Administração da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, a existência de incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Sociedade. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar a atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras ou incluir modificação em nossa opinião, caso as divulgações sejam inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Sociedade a não mais se manter em continuidade operacional.
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se as demonstrações financeiras representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança e com a Administração a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

Campinas, 13 de fevereiro de 2017

DELOITTE BRASIL
Auditores Independentes Ltda.



Alex Andrade Vaz da Silva
Contador
CRC nº 1 BA 016479/O-1

SAMAR - SOLUÇÕES AMBIENTAIS DE ARAÇATUBA S.A.

BALANÇOS PATRIMONIAIS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2016 E DE 2015

(Em milhares de reais - R\$)

<u>ATIVO</u>	Nota explicativa	31.12.16	31.12.15	<u>PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO</u>	Nota explicativa	31.12.16	31.12.15
CIRCULANTE				CIRCULANTE			
Caixa e equivalentes de caixa	4	566	238	Concessão de serviços públicos	7	4.411	3.983
Contas a receber de clientes	5	10.011	7.999	Empréstimos e financiamentos	8	554	619
Estoques		1.571	1.457	Debêntures	9	5.373	8.772
Impostos a recuperar		44	117	Fornecedores	10	2.541	5.187
Despesas antecipadas		351	301	Obrigações sociais		3.037	3.626
Outros ativos		149	605	Obrigações fiscais		940	494
Total do ativo circulante		<u>12.692</u>	<u>10.717</u>	Dividendos propostos		862	-
				Outros passivos		643	1.281
NÃO CIRCULANTE				Total do passivo circulante		<u>18.361</u>	<u>23.962</u>
Contas a receber de clientes	5	988	986	NÃO CIRCULANTE			
Imposto de renda e contribuição social diferidos		2.254	1.642	Concessão de serviços públicos	7	56.117	51.597
Intangível	6	<u>109.572</u>	<u>107.900</u>	Empréstimos e financiamentos	8	564	1.124
Total do ativo não circulante		<u>112.814</u>	<u>110.528</u>	Debêntures	9	4.996	8.775
				Fornecedores	10	-	508
				Provisões para riscos cíveis e trabalhistas	11	789	512
				Outros passivos		-	1.158
				Total do passivo não circulante		<u>62.466</u>	<u>63.674</u>
				PATRIMÔNIO LÍQUIDO			
				Capital social	12	36.945	26.891
				Reservas de lucros		2.966	-
				Adiantamento para futuro aumento de capital		4.768	7.913
				Prejuízos acumulados		-	(1.195)
				Total do patrimônio líquido		<u>44.679</u>	<u>33.609</u>
TOTAL DO ATIVO		<u><u>125.506</u></u>	<u><u>121.245</u></u>	TOTAL DO PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO		<u><u>125.506</u></u>	<u><u>121.245</u></u>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

SAMAR - SOLUÇÕES AMBIENTAIS DE ARAÇATUBA S.A.

DEMONSTRAÇÕES DO RESULTADO

PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2016 E DE 2015

(Em milhares de reais - R\$, exceto o lucro líquido do exercício por ação básico e diluído)

	Nota explicativa	31.12.16	31.12.15
RECEITA LÍQUIDA	13	71.870	59.668
CUSTO DOS SERVIÇOS PRESTADOS	14	(36.687)	(30.172)
LUCRO BRUTO		<u>35.183</u>	<u>29.496</u>
Despesas gerais e administrativas	14	(13.041)	(14.484)
Outras despesas, líquidas	14	-	(640)
Total das despesas operacionais		<u>(13.041)</u>	<u>(15.124)</u>
LUCRO OPERACIONAL ANTES DO RESULTADO FINANCEIRO		<u>22.142</u>	<u>14.372</u>
RESULTADO FINANCEIRO			
Receitas financeiras	15	1.513	1.083
Despesas financeiras	15	(16.094)	(14.580)
		<u>(14.581)</u>	<u>(13.497)</u>
LUCRO ANTES DO IMPOSTO DE RENDA E DA CONTRIBUIÇÃO SOCIAL		<u>7.561</u>	<u>875</u>
IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL			
Correntes	16	(3.150)	(1.123)
Diferidos	16	612	505
		<u>(2.538)</u>	<u>(618)</u>
LUCRO LÍQUIDO DO EXERCÍCIO		<u>5.023</u>	<u>257</u>
Lucro por ação básico e diluído - R\$	18	<u>0,14</u>	<u>0,01</u>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

SAMAR - SOLUÇÕES AMBIENTAIS DE ARAÇATUBA S.A.

DEMONSTRAÇÕES DO RESULTADO ABRANGENTE
PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2016 E DE 2015
(Em milhares de reais - R\$)

	<u>2016</u>	<u>2015</u>
LUCRO LÍQUIDO DO EXERCÍCIO	5.023	257
Outros resultados abrangentes	-	-
TOTAL DO RESULTADO ABRANGENTE DO EXERCÍCIO	<u>5.023</u>	<u>257</u>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

SAMAR - SOLUÇÕES AMBIENTAIS DE ARACATUBA S.A.

DEMONSTRAÇÕES DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO
PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2016 E DE 2015
(Em milhares de reais - R\$)

	Nota explicativa	Capital social	Reservas de lucros			Adiantamento para futuro aumento de capital	Prejuízos acumulados	Total
			Reserva legal	Reserva para contingencias	Lucros retidos			
SALDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2014		26.891	-	-	-	-	(1.452)	25.439
Lucro líquido do exercício		-	-	-	-	-	257	257
Adiantamento para futuro aumento de capital	12	-	-	-	-	7.913	-	7.913
SALDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2015		26.891	-	-	-	7.913	(1.195)	33.609
Lucro líquido do exercício		-	-	-	-	-	5.023	5.023
Aumento de capital social		10.054	-	-	-	(7.913)	-	2.141
Adiantamento para futuro aumento de capital		-	-	-	-	4.768	-	4.768
Constituição de reserva legal	12	-	191	-	-	-	(191)	-
Constituição de reserva para contingências	12	-	-	191	-	-	(191)	-
Dividendos mínimos obrigatórios	12	-	-	-	-	-	(862)	(862)
Transferência para reserva de retenção de lucros	12	-	-	-	2.584	-	(2.584)	-
SALDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2016		36.945	191	191	2.584	4.768	-	44.679

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

SAMAR - SOLUÇÕES AMBIENTAIS DE ARACATUBA S.A.

DEMONSTRAÇÕES DOS FLUXOS DE CAIXA PARA OS EXERCÍCIOS
 FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2016 E DE 2015
 (Em milhares de reais - R\$)

	Nota explicativa	2016	2015
FLUXO DE CAIXA DAS ATIVIDADES OPERACIONAIS			
Lucro líquido do exercício		5.023	257
Ajustes para conciliar o lucro líquido ao caixa oriundo das atividades operacionais:			
Imposto de renda e contribuição social correntes e diferidos		2.538	618
Depreciação e amortização	6	4.840	4.516
Juros sobre empréstimos		2.995	4.413
Encargos financeiros sobre outorga	15	9.405	6.833
Provisões para riscos cíveis e trabalhistas	11	480	-
Provisão para devedores de liquidação duvidosa	5	20	-
Outros		-	990
(Aumento) redução nos ativos operacionais:			
Contas a receber		(2.034)	(408)
Estoques		(114)	238
Impostos a recuperar		73	312
Outros créditos		406	957
Aumento (redução) nos passivos operacionais:			
Fornecedores e partes relacionadas		(3.804)	(4.735)
Obrigações sociais		(589)	2.275
Obrigações fiscais		13	347
Outras contas a pagar		(1.146)	(1.005)
Juros pagos sobre empréstimos		(3.033)	(3.751)
Pagamento concessão de serviços públicos		(4.457)	(4.062)
Pagamento riscos cíveis e trabalhistas		(203)	(123)
Caixa oriundo das atividades operacionais		<u>10.413</u>	<u>7.672</u>
Imposto de renda e contribuição social pagos		<u>(2.717)</u>	<u>(1.597)</u>
FLUXO DE CAIXA DAS ATIVIDADES DE INVESTIMENTO			
Aquisição de ativo intangível		(6.512)	(3.469)
Venda de Intangível		-	125
Caixa aplicado nas atividades de investimento		<u>(6.512)</u>	<u>(3.344)</u>
FLUXO DE CAIXA DAS ATIVIDADES DE FINANCIAMENTO			
Empréstimos:			
Pagamentos de principal		(589)	(1.874)
Pagamento de debentures		(7.176)	(8.880)
Integralização de capital	12	2.141	-
Adiantamento para futuro aumento de capital	12	4.768	7.913
Caixa aplicado nas atividades de financiamento		<u>(856)</u>	<u>(2.841)</u>
AUMENTO (REDUÇÃO) DE CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA			
Caixa e equivalentes de caixa - no início do exercício	4	238	348
Caixa e equivalentes de caixa - no fim do exercício	4	<u>566</u>	<u>238</u>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

SAMAR – SOLUÇÕES AMBIENTAIS DE ARAÇATUBA S.A.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2016 E DE 2015

(Valores expressos em milhares de reais – R\$, exceto quando indicado de outra forma)

1. INFORMAÇÕES GERAIS

A Samar - Soluções Ambientais de Araçatuba S.A. ("Samar" ou "Sociedade"), é uma sociedade anônima de capital fechado que foi constituída em 23 de agosto de 2012. A Sociedade é concessionária de serviços públicos de abastecimento de água potável e esgotamento sanitário na cidade de Araçatuba – SP, compreendendo a construção, a operação e a manutenção das unidades integrantes dos sistemas físicos, operacionais e gerenciais de produção e distribuição de água potável, inclusive ligações e respectivos instrumentos de medição, bem como a coleta, o afastamento, o tratamento e a disposição de esgotos sanitários, incluindo a gestão dos sistemas organizacionais, a comercialização dos produtos e serviços envolvidos e o atendimento aos usuários. A concessão teve início em novembro de 2012 e tem prazo de duração de 30 anos, encerrando em 2042.

Em 11 de maio de 2016, com todas as aprovações necessárias, a OAS Soluções Ambientais S/A ("ex-acionista") transferiu a totalidade das ações ordinárias de emissão da Samar para a GS Inima Brasil Ltda ("GS Inima" ou "Controladora").

Foi publicado nos dias 5 de fevereiro de 2014, 29 de janeiro de 2015, 23 de janeiro de 2016 e 28 de janeiro de 2017, a correção automática e periódica no percentual de 5,91%, 6,41%, 10,67% e 6,29%, respectivamente, do valor das tarifas de fornecimento de água e de esgoto, entrando em vigor após 30 dias da data da publicação.

Em 31 de dezembro de 2016, a Sociedade apresentava excesso de passivos circulantes sobre ativos circulantes, no montante de R\$5.669 (R\$13.245 em 31 de dezembro de 2015). Para equalização da situação do capital circulante negativo, a Sociedade conta com a geração positiva de caixa proveniente das suas operações, bem como aportes de recursos do seu novo acionista, na medida em que a geração de caixa seja provisoriamente insuficiente, para fazer face as suas obrigações de curto prazo.

2. BASE DE PREPARAÇÃO E APRESENTAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

2.1. Declaração de conformidade

As demonstrações financeiras foram elaboradas e estão apresentadas em conformidade com as políticas contábeis adotadas no Brasil e com observância às disposições contidas na Lei das Sociedades por Ações e nos pronunciamentos técnicos emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis - CPC, aprovados pelo Conselho Federal de Contabilidade - CFC.

2.2. Base de mensuração

As demonstrações financeiras foram preparadas com base no custo histórico, exceto se indicado de outra forma.

2.3. Moeda funcional e moeda de apresentação

As demonstrações financeiras são apresentadas em real (R\$), que é a moeda funcional da Sociedade. Todas as informações financeiras apresentadas em reais (R\$) foram arredondadas para milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma.

2.4. Uso de estimativa e julgamento

A preparação das demonstrações financeiras de acordo com as políticas contábeis adotadas no Brasil exige que a Administração faça julgamentos, estimativas e premissas que afetam a aplicação de políticas contábeis e os valores reportados de ativos, passivos, receitas e despesas. Os resultados reais podem divergir dessas estimativas.

As informações sobre premissas e estimativas que possuam um risco significativo de resultar em ajuste material no próximo exercício estão relacionadas, principalmente, aos seguintes aspectos: (a) determinação de taxas de desconto a valor presente utilizadas na mensuração de certos ativos e passivos de curto e longo prazos; (b) determinação da vida útil do ativo imobilizado; (c) provisão para perdas com créditos de liquidação duvidosa; (d) elaboração de projeções para realização dos ativos financeiros e permanentes; e (e) determinação de receitas e custos de construção.

Estimativas e premissas são revistas de maneira contínua. Revisões com relação a estimativas contábeis são reconhecidas no exercício em que as estimativas são revisadas e em quaisquer exercícios futuros afetados.

As informações sobre julgamentos e estimativas críticos referentes às políticas contábeis adotadas que apresentam efeitos sobre os valores reconhecidos nas demonstrações financeiras estão descritos a seguir:

Contabilização de contratos de concessão

Na contabilização dos contratos de concessão, conforme determinado pela interpretação técnica ICPC-01 - Contratos de Concessão, a Sociedade efetua análises que envolvem o julgamento da Administração, substancialmente no que diz respeito à aplicação da interpretação de contratos de concessão e determinação e classificação da remuneração da prestação de serviços de melhoria ou construção como ativo intangível ou ativo financeiro.

Determinação da receita de construção

Quando contrata serviços de construção, a Sociedade deve reconhecer a receita de construção, quando realizada, pelo valor justo. A determinação do valor justo referente à parcela de construção requer a aplicação de julgamento e estimativas para determinação do montante a ser alocado como retorno das atividades de construção, com base no modelo econômico do contrato de concessão.

Durante os exercícios findos em 31 de dezembro de 2016 e de 2015, houve o reconhecimento no resultado dos serviços de construção referente as novas ligações de água e esgoto, conforme demonstrado na nota explicativa no 16.

3. PRINCIPAIS POLÍTICAS CONTÁBEIS

As políticas contábeis descritas em detalhes a seguir têm sido aplicadas de maneira consistente em todos os exercícios apresentados nessas demonstrações financeiras.

As principais políticas contábeis adotadas na elaboração das demonstrações financeiras são as seguintes:

3.1. Instrumentos financeiros ativos

Os ativos financeiros da Sociedade são substancialmente, representados pelo caixa e equivalentes de caixa, aplicações financeiras, contas a receber e outros ativos.

A Sociedade classifica seus ativos financeiros sob a categoria de empréstimos e recebíveis, os quais são ativos financeiros não derivativos com pagamentos fixos ou determináveis, não cotados em um mercado ativo.

Caixa e equivalentes de caixa

Consistem basicamente em valores mantidos em caixa e bancos e outros investimentos de curto prazo, com liquidez imediata, em montante conhecido de caixa, sujeito a um insignificante risco de mudança de valor, e vencimento e expectativa de utilização em período inferior a 90 dias.

Contas a receber

As contas a receber de clientes são representadas pelos respectivos valores faturados e a faturar dos serviços fornecidos, referente à prestação de serviço de abastecimento de água, tratamento de esgoto e outros serviços complementares e estão apresentadas aos valores de realização, menos os créditos de realização duvidosa, calculados com base na análise dos créditos e registrado no montante considerado pela Administração como suficiente para cobrir perdas nas contas a receber.

A provisão para crédito de liquidação duvidosa é constituída, se necessário, com base em estimativas de perdas prováveis.

Redução ao valor recuperável de ativos financeiros

Os ativos financeiros da concessão são avaliados por indicadores de redução ao valor recuperável no fim de cada exercício. As perdas por redução ao valor recuperável são reconhecidas se, e apenas se, houver evidência objetiva da redução ao valor recuperável do ativo financeiro como resultado de um ou mais eventos que tenham ocorrido após seu reconhecimento inicial, com impacto nos fluxos de caixa futuros estimados desse ativo.

3.2. Estoques

Referem-se substancialmente a material para manutenção e aplicação na rede de abastecimento de água e tratamento de esgoto. Demonstrados pelo menor valor entre o valor de custo de aquisição e o valor líquido de realização. Os custos dos estoques são determinados pelo método do custo médio. Quando aplicável, é constituída provisão para perdas em montante considerado suficiente pela Administração para cobrir prováveis perdas na realização dos estoques.

3.3. Intangível

A Sociedade contabiliza o contrato de concessão conforme a Interpretação Técnica ICPC 01 - Contratos de Concessão emitida pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC), que especifica as condições a serem atendidas em conjunto, para que as concessões públicas estejam inseridas em seu alcance. A infraestrutura dentro do alcance da ICPC 01 não é registrada como ativo imobilizado da concessionária porque o contrato de concessão não transfere ao concessionário o direito de controle do uso da infraestrutura de serviços públicos. É prevista apenas a cessão de posse desses bens para prestação de serviços públicos, sendo eles revertidos ao poder concedente ao término do contrato de concessão, mediante indenização dos investimentos não amortizados à concessionária, caso aplicável. O concessionário tem acesso apenas para operar a infraestrutura para prestação dos serviços públicos em nome do poder concedente nos termos do contrato de concessão, atuando como prestador de serviço durante determinado prazo.

A concessionária reconhece um intangível à medida que recebe autorização (direito) de cobrar dos usuários do serviço público e não possui direito incondicional de receber caixa ou outro ativo financeiro do poder concedente.

Após o reconhecimento inicial, o ativo intangível é mensurado pelo custo, deduzidos da amortização acumulada e perdas por redução ao valor recuperável.

3.4. Redução ao valor recuperável de ativos

O ativo intangível têm seu valor recuperável testado no mínimo anualmente, ou sempre que há indicação de perda de valor. Quando o valor contábil dos referidos ativos ultrapassa seu valor recuperável, definido pelo maior entre o valor em uso do ativo e o seu valor líquido de venda, essa diferença é reconhecida no resultado do exercício. Para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2016 e de 2015 não houve necessidade de constituir provisão para redução desses ativos ao seu valor recuperável.

3.5. Instrumentos financeiros passivos

Classificação como dívida ou patrimônio

Instrumentos de dívida ou instrumentos patrimoniais são classificados de uma forma ou outra de acordo com a substância dos termos contratuais.

Os principais passivos financeiros da Sociedade estão compreendidos por contas a pagar a fornecedores, empréstimos e financiamentos, debêntures, concessões de serviços públicos e outras obrigações.

Estão demonstrados pelos valores de contratação, acrescidos dos encargos pactuados, que incluem juros e atualização monetária. Quando aplicável, são demonstrados pelo valor justo, líquido dos custos de transação incorridos e, subsequentemente, mensurados ao custo amortizado usando o método da taxa de juros efetiva.

Ajuste a Valor Presente (AVP) de passivos

Os passivos monetários de longo prazo são ajustados pelo seu valor presente, e os de curto prazo, somente quando o efeito é considerado relevante em relação às demonstrações financeiras tomadas em conjunto.

O ajuste ao valor presente é calculado levando em consideração os fluxos de caixa contratuais e a taxa de juros explícita, e em certos casos implícita, dos respectivos passivos. Dessa forma, os juros embutidos nas receitas, despesas e custos associados a esses ativos e passivos são descontados com intuito de reconhecê-los em conformidade com o regime de competência. Posteriormente, esses juros são realocados nas linhas de despesas e receitas financeiras no resultado por meio da utilização do método da taxa efetiva de juros em relação aos fluxos de caixa contratuais.

Arrendamento mercantil

Os arrendamentos são classificados como financeiros, sempre que os termos do contrato de arrendamento transferirem substancialmente todos os riscos e benefícios da propriedade do bem para o arrendatário.

Os contratos de arrendamento financeiro são registrados no imobilizado à contrapartida de financiamentos para aquisição de ativo fixo, pelo montante igual ao valor justo do bem arrendado ou, se inferior, ao valor presente dos pagamentos mínimos do arrendamento.

Os pagamentos referentes aos arrendamentos operacionais são reconhecidos como despesa pelo método linear pelo período de vigência do contrato, exceto quando outra base sistemática é mais representativa para refletir o momento em que os benefícios econômicos do ativo arrendado são consumidos. Os pagamentos contingentes oriundos de arrendamento operacional são reconhecidos como despesa no período em que são incorridos.

3.6. Outros ativos e outras obrigações

Um ativo é reconhecido no balanço patrimonial quando for provável que seus benefícios econômicos-futuros serão gerados em favor da Sociedade e se custo ou valor puder ser mensurado com segurança.

Um passivo é reconhecido no balanço patrimonial quando a Sociedade possui uma obrigação legal ou constituída como resultado de um evento passado, sendo provável que um recurso econômico seja requerido para liquidá-los. São acrescidos, quando aplicável, dos correspondentes encargos e das variações monetárias ou cambiais incorridos. As provisões são registradas tendo como base as estimativas do risco envolvido.

Os ativos e passivos são classificados como circulante quando sua realização ou liquidação é provável que ocorra nos próximos 12 meses. Caso contrário são demonstrados como não circulantes.

3.7. Provisões para riscos cíveis e trabalhistas

Reconhecidas para obrigações presentes (legal ou presumida) resultantes de eventos passados, em que seja possível estimar os valores de forma confiável e cuja liquidação seja provável. O valor reconhecido como provisão é a melhor estimativa das considerações requeridas para liquidar a obrigação no fim de cada exercício apresentado, considerando os riscos e as incertezas relativos à obrigação. Quando a provisão é mensurada com base nos fluxos de caixa estimados para liquidá-los, seu valor contábil corresponde ao valor presente desses fluxos de caixa (em que o efeito do valor temporal do dinheiro é relevante). Quando a Administração da Sociedade espera que o valor de uma provisão seja reembolsado, em todo ou em parte, esse ativo é reconhecido somente quando sua realização for considerada líquida e certa, sem haver a constituição de ativos sob cenários de incerteza.

A provisão para riscos cíveis e trabalhistas está registrada de acordo com a avaliação de riscos (perdas prováveis) efetuada pela Administração da Sociedade e por seus consultores jurídicos, inclusive quanto à sua classificação no longo prazo.

3.8. Imposto de renda e contribuição social

O resultado do imposto de renda e contribuição social representa a soma dos impostos correntes e diferidos.

Correntes

A provisão para imposto de renda é calculada e registrada com base no lucro tributável relativo a cada exercício, ajustado na forma legal, calculado à alíquota de 15%, acrescido de adicional de 10% o que exceder a R\$240. A contribuição social é calculada com base na alíquota de 9% da base tributável.

Diferidos

Constituídos sobre prejuízos fiscais, bases negativas de contribuição social e diferenças temporariamente indedutíveis, quando aplicável, e registrados no ativo não circulante, com base na perspectiva de geração de resultados tributáveis futuros.

3.9. Reconhecimento das receitas e despesas

As receitas e despesas de operação são apropriadas de acordo com o período de competência.

A receita de serviços é proveniente do fornecimento de água, tratamento de esgoto e serviços complementares, e é auferida sobre a medição de volume de água e tratamento de esgoto sanitário multiplicando a metragem cúbica do volume tratado pelo preço base por metro cúbico estipulado no contrato de concessão. Os serviços complementares são reconhecidos quando efetivamente prestados. Os valores são medidos e faturados diariamente e reconhecidos pro-rata ao período de competência (quando do serviço prestado).

As receitas relacionadas aos serviços de construção são reconhecidas pelo valor justo, com base no estágio de conclusão das obras realizadas.

Quando contrata serviços de construção, a Sociedade deve reconhecer a receita de construção, quando realizada, pelo valor justo. A determinação do valor justo referente à parcela de construção requer a aplicação de julgamento e estimativas para determinação do montante a ser alocado como retorno das atividades de construção, com base no modelo econômico do contrato de concessão.

Durante os exercícios findos em 31 de dezembro de 2016 e de 2015, houve o reconhecimento no resultado dos serviços de construção de acordo com o requerido pelas Interpretações Técnicas – ICPC 01 e ICPC 17 - Contratos de Concessão e pela Orientação OCPC 05 – Contratos de Concessão.

3.10. Receitas e despesas financeiras

Representadas, substancialmente, por juros e variações monetárias decorrentes de aplicações financeiras, depósitos judiciais, empréstimos e financiamentos.

3.11. Dividendos

A proposta de distribuição de dividendos efetuada pela Administração da Sociedade que estiver dentro da parcela equivalente ao dividendo mínimo obrigatório é registrada como passivo, na rubrica “Dividendos propostos”, por ser considerada uma obrigação legal prevista no estatuto social da Sociedade, conforme divulgado na nota explicativa nº 12.

3.12. Adoção de novos pronunciamentos, alterações e interpretações de pronunciamentos emitidos pelo “International Accounting Standards Board - IASB” e “International Financial Reporting Interpretations Committee - IFRIC” e Comitê de Pronunciamentos Contábeis - CPC e normas publicadas ainda não vigentes

Os pronunciamentos e as interpretações técnicos emitidos pelo IASB e IFRIC, a seguir, foram publicados ou revisados, mas ainda não têm adoção obrigatória, além de não terem sido objeto de normatização pelo CPC; dessa forma, não foram aplicados antecipadamente pela Sociedade nas demonstrações financeiras para o exercício findo em 31 de dezembro de 2016.

Eles serão adotados à medida que sua aplicação se torne obrigatória. A Sociedade ainda não estimou a extensão dos possíveis impactos desses novos pronunciamentos e interpretações em suas demonstrações financeiras.

- IFRS 9 - Instrumentos financeiros: Revisão em 2014, contém exigências para: (a) classificação e mensuração de ativos e passivos financeiros; (b) metodologia de redução ao valor recuperável; (c) contabilização geral de hedge. (1)
- IFRS 15 - Receita de contratos com clientes: Estabelece um único modelo abrangente a ser utilizado pelas entidades na contabilização das receitas resultantes de contratos com clientes. (1)
- IFRS 16 – Leasing - essa norma requer um único modelo de contabilização de lease, em que todos os contratos são reconhecidos nos balanços das arrendatárias (ativo pelo direito de uso e passivo pela obrigação financeira), desta forma não se faz necessária análise das características do contrato para classificação entre financeiro ou operacional. (2)

(1) Em vigor para períodos anuais iniciados em ou após 1º de janeiro de 2018.

(2) Em vigor para períodos anuais iniciados em ou após 1º de janeiro de 2019.

4. CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA

	<u>2016</u>	<u>2015</u>
Caixa e bancos	389	224
Certificados de depósito bancário - CDB	<u>177</u>	<u>14</u>
Total	<u><u>566</u></u>	<u><u>238</u></u>

Em 31 de dezembro de 2016 e de 2015, os CDBs são remunerados por taxas equivalentes a aproximadamente 100% da variação do Certificado de Depósito Interbancário - CDI, têm liquidez imediata e são mantidos com a finalidade de atender a compromissos de caixa de curto prazo e não para investimento ou outros fins.

5. CONTAS A RECEBER DE CLIENTES

i) Composição das contas a receber

	<u>2016</u>	<u>2015</u>
Contas a receber de clientes (a)	14.551	12.517
(-) Perda estimada em créditos de liquidação duvidosa	<u>(3.552)</u>	<u>(3.532)</u>
Total	<u>10.999</u>	<u>8.985</u>
Ativo circulante	10.011	7.999
Ativo não circulante (b)	<u>988</u>	<u>986</u>
Total	<u>10.999</u>	<u>8.985</u>

- a) Referem-se ao faturamento das medições de volume de consumo de água, tratamento de esgoto e de serviços complementares efetuadas pela Sociedade. A própria Sociedade é responsável pela cobrança junto aos consumidores finais.
- b) Refere-se ao termo de acordo de confissão e parcelamento de dívida assinado em 11 de fevereiro de 2015 entre a Sociedade e a Santa Casa de Misericórdia de Araçatuba com total de 150 parcelas.

ii) Idade de vencimento das contas a receber

	<u>31/12/2016</u>	<u>31/12/2015</u>
Vencidas:		
Até 30 dias	2.698	1.987
De 31 a 60 dias	632	675
De 61 a 90 dias	233	293
De 91 a 180 dias	520	572
De 181 a 360 dias	843	849
Há mais de 360 dias	<u>1.868</u>	<u>1.673</u>
Total de vencidas	6.794	6.049
A vencer:		
Até 30 dias	2.808	2.089
De 31 a 90 dias	<u>4.949</u>	<u>4.379</u>
Total a vencer	7.757	6.468
Perdas estimadas em crédito de liquidação duvidosa	(3.552)	(3.532)
Total de contas a receber de clientes	<u>10.999</u>	<u>8.985</u>

iii) Perda estimada em créditos de liquidação duvidosa

	<u>2016</u>	<u>2015</u>
Saldo no início do exercício	(3.532)	(3.164)
Adições	<u>(20)</u>	<u>(368)</u>
Saldo no final do exercício	<u>(3.552)</u>	<u>(3.532)</u>

O prazo médio das contas a receber é de 30 dias. O critério para constituição da perda estimada em créditos de liquidação duvidosa são os títulos a receber de usuários que possuem títulos vencidos há mais de 180 dias, além da análise da situação financeira de cada cliente e, em caso de processos judiciais de cobrança, em pareceres da respectiva assessoria jurídica. A provisão é considerada suficiente pela Administração para a cobertura de eventuais riscos de crédito.

6. INTANGÍVEL

	2016			2015	% a.a.
	Custo	Amortização acumulada	Saldo líquido	Saldo líquido	Taxa de amortização
Software	1.013	(401)	612	827	20%
Direitos de concessão - outorga (a)	86.683	(12.246)	74.437	77.318	3,33%
Investimentos na concessão (b)	29.134	(2.583)	26.551	21.908	3,33%
Sistema de Abastecimento de Água (b)	2.172	(89)	2.083	976	3,33%
Sistema de Abastecimento de Esgoto (b)	2.495	(115)	2.380	1.480	3,33%
Máquinas, equipamentos e outros ativos (b)	4.810	(1.608)	3.202	5.334	10% a 20%
Reformas Prédios existentes (b)	311	(4)	307	57	3,33%
Total	<u>126.618</u>	<u>(17.046)</u>	<u>109.572</u>	<u>107.900</u>	

A seguir estão apresentadas as movimentações no ativo intangível:

	2016	2015
Saldo inicial em 1º de janeiro de 2016	107.900	109.020
Aquisições	6.512	3.469
Baixas/Transferências	-	(73)
Amortização	<u>(4.840)</u>	<u>(4.516)</u>
Saldo final em 31 de dezembro de 2016	<u>109.572</u>	<u>107.900</u>

Os valores registrados como ativo intangível, referem-se a:

a) Direitos de concessão - outorga

A Sociedade é concessionária dos serviços públicos de abastecimento de água potável e esgotamento sanitário na cidade de Araçatuba – SP, desta forma, a Samar contabiliza o contrato de concessão conforme a ICPC 01 (R1) – Contratos de concessão. A Samar tem acesso para operar a infraestrutura para prestação dos serviços públicos em nome do poder concedente, nos termos do contrato de concessão, atuando como prestador de serviço durante o prazo da concessão. A vigência dessa concessão é até novembro de 2042.

Ao término da concessão, todos os bens públicos e instalações utilizadas, bem como todas as obras e instalações realizadas pela Sociedade, serão revertidas automaticamente ao Departamento de Água e Esgoto de Araçatuba (DAEA) sem qualquer retorno financeiro para a Sociedade.

O saldo refere-se à contrapartida da outorga a pagar para o poder concedente, conforme Nota 7.

b) Investimentos na concessão

Estes investimentos englobam bens e serviços necessários à melhoria das redes e das estruturas de captação e distribuição, os quais serão revertidos ao poder concedente ao final do prazo da concessão. A amortização é efetuada de forma linear considerando o menor prazo entre a vida útil dos ativos ou o prazo da concessão.

A Sociedade revisa a cada exercício a vida útil e os valores residuais dos bens do ativo imobilizado. Não houve mudança nas taxas e nos valores residuais mensurados no exercício anterior.

7. CONCESSÃO DE SERVIÇOS PÚBLICOS

O contrato de concessão prevê a outorga a pagar pela Samar ao Departamento de Água e Esgoto de Araçatuba (DAEA). A outorga a pagar é definida contratualmente como “ônus fixo” e “ônus variável”, sendo que o ônus fixo será pago mensalmente durante todo o período da concessão (30 anos) no valor de R\$262 (R\$351 – valor atualizado). No mês de dezembro de cada ano serão pagas o equivalente a 2 parcelas, totalizando, portanto, 13 pagamentos no ano. O ônus variável foi liquidado em abril de 2014.

O valor da outorga é atualizado com base no reajuste tarifário que deverá ocorrer a cada 12 meses, mediante a decisão publicada, na imprensa oficial e em sítio na internet, decisão que entrará em vigor imediatamente, levando-se em conta a variação de preços entre janeiro e dezembro do ano anterior, de acordo com o Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA), divulgado pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística - IBGE, conforme mencionado na nota explicativa n.º1.

Durante os exercícios findos em 31 de dezembro, a movimentação dos saldos acumulados de outorga a pagar equivale a:

	2016	2015
Valor total de outorga a pagar conforme contrato de concessão	141.420	141.420
Atualização financeira	32.142	20.480
Pagamentos efetuados	(56.101)	(51.644)
(-) Ajuste a valor presente (a)	(56.933)	(54.676)
Total	<u>60.528</u>	<u>55.580</u>
Passivo circulante	4.411	3.983
Passivo não circulante	56.117	51.597
Total	<u>60.528</u>	<u>55.580</u>

(a) O ajuste a valor presente é representado pelo valor justo da concessão na data do registro da outorga com base na taxa de desconto real de 6% a.a., que reflete o custo de oportunidade projetado para o negócio.

8. EMPRÉSTIMOS E FINANCIAMENTOS

<u>Instituições financeiras</u>		<u>Juros e encargos %</u>	<u>Vencimento final</u>	<u>Circulante</u>	
				<u>31/12/2016</u>	<u>31/12/2015</u>
Banco Mercedes Benz	(a)	TJLP + 6% a.a.	Fevereiro de 2019	452	456
Banco Safra S/A	(b)	TJLP + 4,5% a.a.	Março de 2020	97	97
Banco HSBC	(c)	TJLP + 6% a.a.	Fevereiro de 2019	5	66
Total				<u>554</u>	<u>619</u>
				<u>Não Circulante</u>	
<u>Instituições financeiras</u>		<u>Juros e Encargos %s</u>	<u>Vencimento final</u>	<u>31/12/2016</u>	<u>31/12/2015</u>
Banco Mercedes Benz	(a)	TJLP + 6% a.a.	Fevereiro de 2019	443	894
Banco Safra S/A	(b)	TJLP + 4,5% a.a.	Março de 2020	121	219
Banco HSBC	(c)	TJLP + 6% a.a.	Fevereiro de 2019	-	11
Total				<u>564</u>	<u>1.124</u>

TJLP – Taxa de juros de longo prazo

a) Refere-se a financiamento na modalidade FINAME para investimento em frota de veículos pesados e implementos. Os juros e principal são pagos mensalmente com início em julho de 2014 até a data de vencimento em fevereiro de 2019.

- b) Refere-se a financiamento na modalidade FINAME para investimento em retroescavadeira. Os juros e principal são pagos mensalmente com início em fevereiro de 2014 até a data de vencimento em março de 2020.
- c) Refere-se ao Leasing para investimento de mini retroescavadeira. Os juros e principal são pagos mensalmente com início em fevereiro de 2014 até a data de vencimento em janeiro de 2017.

Os empréstimos e financiamentos estão garantidos por nota promissória, "comfort letter" e alienação fiduciária dos equipamentos vinculados ao FINAME.

Em 31 de dezembro de 2016 e de 2015, os contratos de empréstimos e financiamentos da Sociedade não apresentam cláusulas financeiras restritivas ("covenants").

Os montantes de não circulante têm a seguinte composição, por ano de vencimento:

	<u>2016</u>
2018	525
2019	39
Total	<u>564</u>

9. DEBÊNTURES

	<u>2016</u>		<u>2015</u>	
	Curto prazo	Longo prazo	Curto prazo	Longo prazo
Banco Votorantim (a)	5.529	5.152	8.980	8.920
(-) Custo de emissão das debentures a amortizar	(156)	(156)	(208)	(145)
Total	<u>5.373</u>	<u>4.996</u>	<u>8.772</u>	<u>8.775</u>

Em 20 de dezembro de 2012, a Sociedade aprovou a primeira emissão pública de 4.000 debêntures simples não conversíveis em ações, em série única, no valor total de R\$40.000. O prazo de vencimento das debêntures é de 6 anos a contar da data de emissão. Em 12 de julho de 2016, a sociedade renegociou com os debenturistas o prazo para amortização do saldo devedor que era 20 de dezembro de 2017 para 20 de dezembro de 2018, mantendo todas as condições acordadas anteriormente. As debêntures são remuneradas com base na variação do CDI, acrescida de um percentual (spread) de 4,00% ao ano (até 02 de abril de 2015, 2,80% a.a). As debêntures serão amortizadas em 66 parcelas mensais e sucessivas, tendo sido a primeira parcela paga 6 meses após a data de emissão.

O valor dessa dívida tem a seguinte composição por vencimento em 31 de dezembro de 2016:

	<u>Principal</u>	<u>Custos a amortizar</u>	<u>Total</u>
2017	5.529	(156)	5.373
2018	5.152	(156)	4.996
Total	<u>10.681</u>	<u>(312)</u>	<u>10.369</u>

Cláusulas restritivas

As debêntures possuem cláusulas restritivas referentes à manutenção de índice financeiro, apurado e revisado anualmente pelo Agente Fiduciário.

Além desse compromisso financeiro, existem outros compromissos assumidos, dentre os quais:

- Não reduzir o capital social da Sociedade para montante inferior a R\$11.250;
- Não sofrer protesto, requerer recuperação extrajudicial, judicial ou autofalência ou ter falência requerida da GS Inima;
- Perda, caducidade, cassação, encampação ou extinção da concessão;
- Não realizar alterações societárias sem a prévia anuência dos agentes;
- Descumprimento de qualquer obrigação pecuniária;
- Não renovação, cancelamento, revogação ou suspensão das licenças ambientais; e
- Venda, cessão ou transferência de ativos permanentes com valores acima de R\$2.000.

Conforme mencionado na nota explicativa nº 1, em 11 de maio de 2016 ocorreu a totalidade da transferência das ações da Sociedade da OAS S.A. para a empresa GS Inima, mediante autorização prévia dos debenturistas em Assembleia Geral de Debenturistas ("AGD") realizada em 18 de dezembro de 2015.

Diante do exposto, até a presente data, não houve eventos que pudessem resultar no não cumprimento das referidas cláusulas restritivas em 31 de dezembro de 2016.

Garantias

- Alienação fiduciária sobre a totalidade das ações.
- Cessão fiduciária dos recebíveis e das contas decorrentes da cobrança de água e esgoto; e
- Cessão fiduciária dos direitos emergentes.

10. FORNECEDORES

<u>Passivo circulante</u>	<u>2016</u>	<u>2015</u>
Fornecedores a pagar	1.947	2.032
Aquisição do poço Jussara (a)	594	3.155
	<u>2.541</u>	<u>5.187</u>
 <u>Passivo não circulante</u>		
Aquisição do poço Jussara (a)	-	508

(a) Refere-se a contrato firmado em dezembro de 2013 entre a Sociedade e a empresa Geo Águas Ltda. para aquisição de poço profundo localizado no bairro Jussara. O valor total do contrato é de R\$8.496, parcelados em 36 vezes de R\$236 e corrigido anualmente pelo IPCA. O pagamento da última parcela ocorreu em fevereiro de 2016

11. PROVISÕES PARA RISCOS CIVEIS E TRABALHISTAS

Com base nas análises individuais dos processos impetrados contra a Sociedade e com o suporte da opinião de seus consultores jurídicos, foram constituídas provisões no passivo não circulante para riscos com perdas consideradas prováveis, demonstradas a seguir:

Risco de perda provável

	<u>2015</u>	<u>Utilizada</u>	<u>Provisionada</u>	<u>2016</u>
Processos cíveis (a)	399	(169)	260	490
Processos trabalhistas (b)	<u>113</u>	<u>(34)</u>	<u>220</u>	<u>299</u>
Total	<u>512</u>	<u>(203)</u>	<u>480</u>	<u>789</u>

- a) As contingências cíveis referem-se a riscos prováveis com indenizações a terceiros com relação a perdas de bens.
- b) As reclamações trabalhistas referem-se a pedidos de verbas de diferenças salariais, pedidos indenizatórios e adicionais de outras naturezas, formulados por antigos empregados, assim como aqueles referentes às empresas terceiras que prestaram serviços para a Sociedade.

A Administração da Sociedade, com base na opinião de seus consultores jurídicos, entende não haver riscos significativos que não estejam cobertos por provisões suficientes em suas demonstrações financeiras ou que possam resultar em impacto significativo sobre seus resultados futuros.

A Sociedade é parte em outros processos que totalizam o montante de R\$852 (R\$721 em 2015) e está sujeita a riscos para os quais sua Administração, com base na opinião de seus consultores jurídicos, acredita que as chances de perda são possíveis, razão pela qual nenhuma provisão foi constituída.

12. PATRIMÔNIO LÍQUIDO

Capital social

Em 31 de dezembro de 2016 e 2015, o capital social subscrito e integralizado da Sociedade é de R\$36.946, representado por ações ordinárias nominativas e sem valor nominal, demonstradas como segue.

	<u>2016</u>	<u>2015</u>
	<u>Ações Ordinárias</u>	
GS Inima Brasil Ltda.	36.945.785	-
OAS Soluções Ambientais	-	26.891.007

Alterações no capital social

Em 26 de fevereiro de 2016, foi aprovado através de Assembleia Geral Extraordinária, o aumento do capital social no valor de R\$10.054, mediante a emissão de 10.054.778 ações ordinárias nominativas e sem valor nominal. A integralização foi efetuada mediante a capitalização, em espécie, no valor de R\$2.141 e na capitalização de créditos detidos pela ex-acionista OAS Soluções Ambientais registrados como adiantamento para futuro aumento de capital no montante de R\$7.913.

Política de Dividendos

O estatuto da Sociedade prevê a distribuição de dividendos às ações ordinárias atendendo ao percentual anual mínimo e obrigatório de 25% sobre o lucro líquido ajustado, conforme definido pela Lei das Sociedades por Ações.

Os dividendos mínimos obrigatórios referentes ao lucro apurado no exercício findo em 31 de dezembro de 2016, é de R\$862 a serem pagos no decorrer de 2017.

Reserva legal, reserva para contingencia e retenção de lucro

A reserva legal é constituída em conformidade com a legislação societária e o estatuto, na base de 5% do lucro líquido do exercício até atingir 20% do capital social ou 30% do saldo do capital mais as reservas. Em 31 de dezembro de 2016, o saldo de reserva legal corresponde à 20% do capital social.

O estatuto social da Sociedade prevê a retenção de 5% do lucro líquido para a constituição de reserva para contingências, limitada ao valor do capital social.

O saldo de lucros acumulados é alocado à reserva de retenção de lucros, sendo sua distribuição definida em Assembleia Geral Ordinária e/ou Extraordinária.

Adiantamento para futuro aumento de capital

Refere-se a recursos destinados pelo novo acionista controlador ao longo do exercício de 2016 para futuro aumento de capital, os quais foram considerados no patrimônio líquido devido a sua absoluta condição de permanência na Sociedade. Após a aquisição de participação acionária, a controladora GS Inima aportou os recursos que totalizaram R\$4.768 em 31 de dezembro de 2016 a ser integralizado como capital social nos termos da lei no início de 2017.

O cálculo dos dividendos obrigatórios, em 31 de dezembro, está demonstrado a seguir:

	<u>2016</u>
Lucro líquido do exercício	5.023
Absorção de prejuízos acumulados	(1.195)
Reserva legal	(191)
Reserva para contingências	(191)
Base de cálculo	<u>3.446</u>
Dividendos estatutários obrigatórios	25%
Dividendos propostos	<u>862</u>
Dividendos por ação (em reais)	<u>0,0233</u>

13. RECEITA LÍQUIDA

	<u>31/12/2016</u>	<u>31/12/2015</u>
Receita bruta de serviços água e esgoto (a)	71.986	61.593
Receita de construção	4.920	2.910
Outras receitas	3.365	2.465
Impostos sobre vendas	(6.830)	(5.649)
Cancelamento de vendas	(1.571)	(1.651)
Receita líquida	<u>71.870</u>	<u>59.668</u>

(a) O aumento nas receitas de serviços refere-se substancialmente ao reajuste tarifário e o aumento na receita de construção refere-se aos investimentos previstos em contratos e investimentos adicionais necessários para o andamento do trabalho.

14. DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO POR NATUREZA

Custos dos serviços prestados representados por:

	<u>31/12/2016</u>	<u>31/12/2015</u>
Custos de pessoal	(8.685)	(7.405)
Custos de manutenção e conservação	(4.290)	(3.718)
Energia elétrica	(9.500)	(8.748)
Taxa de regulação e fiscalização	(2.129)	(1.823)
Serviços de terceiros	(1.774)	(1.084)
Custos de construção	(4.821)	(2.853)
Depreciação / amortização	(4.016)	(3.697)
Outros custos da operação	(1.472)	(854)
Total	<u>(36.687)</u>	<u>(30.182)</u>

Despesas operacionais representados por:

	<u>31/12/2016</u>	<u>31/12/2015</u>
Despesas com pessoal	(6.246)	(8.174)
Honorários da administração	(624)	(663)
Despesas com serviços de terceiros	(2.866)	(2.315)
Despesas com depreciação / amortização	(776)	(773)
Utilidades e serviços	(352)	(327)
Seguros patrimoniais	(331)	(422)
Publicidade e propaganda	(192)	(128)
Aluguéis de máquinas e equipamentos	(264)	(239)
Despesas com viagens e hospedagens	(122)	(89)
Impostos e taxas diversas	(332)	(188)
Créditos de liquidação duvidosa	(20)	(368)
Provisões para riscos cíveis e trabalhistas, líquida de reversões	(277)	(392)
Outras despesas operacionais, líquidas	(639)	(1.046)
Total	<u>(13.041)</u>	<u>(15.124)</u>

15. RESULTADO FINANCEIRO

	<u>31/12/2016</u>	<u>31/12/2015</u>
Rendimento de aplicações financeiras	259	82
Juros sobre títulos recebidos	1.106	842
Outras receitas financeiras	148	159
	<u>1.513</u>	<u>1.083</u>
Despesas financeiras:		
Juros sobre empréstimos, financiamentos e debêntures	(3.274)	(3.980)
Custos da outorga	(9.405)	(6.623)
Juros sobre títulos pagos	(2.391)	(2.535)
Outras despesas financeiras	(1.024)	(1.442)
	<u>(16.094)</u>	<u>(14.580)</u>
Total	<u>(14.581)</u>	<u>(13.497)</u>

16. IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL

Imposto de renda e contribuição social diferidos

	<u>31/12/2016</u>	<u>31/12/2015</u>
Bases do ativo:		
Ajuste a valor presente - AVP	10.492	7.055
Provisão para créditos de liquidação duvidosa	1.218	1.198
Provisão para riscos cíveis e trabalhistas	741	464
Base de cálculo	<u>12.451</u>	<u>8.717</u>
Alíquota nominal	<u>34%</u>	<u>34%</u>
Total do ativo	<u><u>4.233</u></u>	<u><u>2.964</u></u>
Bases do passivo:		
Ajuste a valor presente - AVP	(5.542)	(3.694)
Margem de construção	(281)	(194)
Base de cálculo	<u>(5.823)</u>	<u>(3.888)</u>
Alíquota nominal	<u>34%</u>	<u>34%</u>
Total do passivo	<u><u>(1.979)</u></u>	<u><u>(1.322)</u></u>
Impostos diferidos, líquido	<u><u>2.254</u></u>	<u><u>1.642</u></u>

Reconciliação da alíquota efetiva do imposto de renda e contribuição social:

	<u>31/12/2016</u>	<u>31/12/2015</u>
Lucro antes do imposto de renda e da contribuição social	7.561	875
Alíquota vigente	34%	34%
Despesa de imposto de renda e contribuição social calculado a alíquota vigente	(2.571)	(298)
Ajustes para a alíquota efetiva:		
Outras diferenças permanentes	33	(320)
Despesa de imposto de renda e contribuição social	<u>(2.538)</u>	<u>(618)</u>
Despesa de imposto de renda e contribuição social composto por:		
Corrente	(3.150)	(1.123)
Diferido	612	505
Total	<u><u>(2.538)</u></u>	<u><u>(618)</u></u>

17. TRANSAÇÕES NÃO ENVOLVENDO CAIXA

Durante o exercício de 2016 e de 2015, a Sociedade realizou as seguintes operações não envolvendo caixa, as quais não estão refletidas das demonstrações dos fluxos de caixa:

	<u>2016</u>	<u>2015</u>
Dividendos propostos e não pagos	862	-

18. LUCRO POR AÇÃO

As tabelas a seguir reconciliam o lucro líquido e a média ponderada do valor por ação, utilizados para o cálculo do lucro líquido básico e do lucro líquido diluído por ação.

<u>Básico</u>	<u>2016</u>	<u>2015</u>
Lucro líquido do exercício	5.023	257
Número de ações no final do ano (em milhares)	36.946	26.891
Lucro líquido por ação - básico - R\$	0,14	0,01
<u>Diluído</u>	<u>2016</u>	<u>2015</u>
Lucro líquido utilizado na apuração do lucro líquido básico por ação	5.023	257
Quantidade média ponderada de ações utilizada na apuração do lucro líquido diluído por ação (em milhares)	36.946	26.891
Lucro líquido por ação - diluído - R\$	0,14	0,01

Não há diferença entre o lucro básico e diluído por ação por não ter havido durante os exercícios findos em 31 de dezembro de 2016 e 2015 instrumentos patrimoniais com efeitos dilutivos.

19. INSTRUMENTOS FINANCEIROS

A Sociedade participa em operações envolvendo instrumentos financeiros que se destinam a atender às necessidades próprias, bem como a reduzir a exposição a riscos de mercado, moeda e taxa de juros. A Sociedade avalia seus ativos e passivos em relação aos valores de mercado e/ou realização por meio de informações disponíveis e metodologias de avaliação estabelecidas pela Administração. Entretanto, tanto a interpretação dos dados de mercado quanto a seleção de métodos de avaliação requerem considerável julgamento e razoáveis estimativas para se produzir o valor de realização mais adequado. Como consequência, as estimativas apresentadas não indicam, necessariamente, os montantes que poderão ser realizados no mercado corrente. O uso de diferentes hipóteses de mercado e/ou metodologias para estimativas pode ter um efeito material nos valores de realização estimados.

Em 31 de dezembro de 2016 e de 2015, os valores estimados de mercado dos instrumentos financeiros aproximam-se dos valores contábeis.

Em 31 de dezembro, a Sociedade possuía instrumentos financeiros representados por:

	<u>2016</u>	<u>2015</u>
Ativos financeiros:		
Caixa e equivalentes de caixa	566	238
Contas a receber	10.999	8.985
Outros ativos	150	605
	<u>11.715</u>	<u>9.828</u>
Passivos financeiros:		
Empréstimos e financiamentos	(1.118)	(1.743)
Debêntures	(10.369)	(17.547)
Concessão de serviços públicos	(60.528)	(55.580)
Fornecedores	(2.541)	(5.695)
Outros passivos	(643)	(2.439)
	<u>(75.199)</u>	<u>(83.004)</u>
Ativos e passivos financeiros, líquidos	<u><u>(63.484)</u></u>	<u><u>(73.176)</u></u>

O valor de mercado dos ativos financeiros e dos financiamentos de curto e longo prazo, quando aplicável, foi determinado utilizando-se das taxas de juros correntes disponíveis para operações remanescentes com condições e vencimentos similares.

Em 31 de dezembro de 2016 e de 2015, a Sociedade não apresentava saldo relativo a instrumentos financeiros (derivativos).

Os detalhes a respeito das principais políticas contábeis e métodos adotados, inclusive o critério de reconhecimento, a base de mensuração e o método de reconhecimento das receitas e despesas em relação a cada classe de ativos, passivos e instrumentos financeiros, estão apresentados na nota explicativa nº 3.

Análise de sensibilidade

A Sociedade está exposta a riscos normais de mercado, relacionados às variações da TJLP, IPCA e do CDI, relativos a empréstimos em reais. As taxas de juros das aplicações financeiras são vinculadas à variação do CDI.

Em 31 de dezembro de 2016, a Administração efetuou análise de sensibilidade considerando aumentos de 25% e de 50% nas taxas de juros esperadas sobre o saldo de empréstimos e financiamentos, líquidos das aplicações financeiras.

<u>Indicadores</u>	<u>Cenário I (provável)</u>	<u>Cenário II (+ 25%)</u>	<u>Cenário III (+ 50%)</u>
CDI	14,00%	17,50%	21,00%
Receita Aplicação Financeira	36	45	54
UR-TJLP	7,50%	9,38%	11,25%
Juros a incorrer (*)	(83)	(104)	(125)
CDI	14,00%	17,50%	21,00%
Juros com debêntures a incorrer (*)	(1.495)	(1.869)	(2.243)
IPCA	6,29%	7,86%	9,44%
Juros sobre outorga a incorrer (*)	(3.808)	(4.758)	(5.714)
Juros a incorrer líquido	(5.350)	(6.686)	(8.028)

Fonte dos índices: Relatório Focus - BACEN.

(*) Referem-se ao cenário de juros a incorrer para os próximos 12 meses ou até a data do vencimento do contrato, o que for menor.

Os principais riscos de mercado a que a Sociedade está exposta na condução de suas atividades são:

- a) Risco de liquidez: o risco de liquidez consiste na eventualidade de a Sociedade não dispor de recursos suficientes para cumprir seus compromissos em virtude dos diferentes prazos de liquidação de seus direitos e obrigações. O controle da liquidez e do fluxo de caixa da Sociedade é monitorado diariamente pelas áreas de gestão da Sociedade, para garantir que a geração operacional de caixa e a captação prévia de recursos, quando necessário, sejam suficientes para a manutenção de seu cronograma de compromissos, não gerando riscos de liquidez para a Sociedade.
- b) Risco cambial: Em 31 de dezembro de 2016 e de 2015, a Sociedade não apresentava saldo relevante de ativo ou passivo denominado em moeda estrangeira.

- c) Risco de taxas de juros: A determinação do valor justo (“*fair value*”) do instrumento financeiro contratado pela Sociedade é efetuada com base em metodologia padrão de mercado e com base em informações obtidas com a instituição contratada.
- d) Risco de créditos: Instrumentos financeiros que potencialmente sujeitam a Sociedade a concentrações de risco de crédito consistem, primariamente, em caixa e bancos, aplicações financeiras e contas a receber. A Sociedade mantém contas correntes bancárias e aplicações financeiras com instituições financeiras aprovadas pela Administração de acordo com critérios objetivos para diversificação de riscos de crédito.

20. SEGUROS

A Sociedade adota uma política de seguros que considera, principalmente, a concentração de riscos e a relevância dos itens segurados, levando em conta a natureza de sua atividade e a orientação de seus consultores de seguros.

Em 31 de dezembro de 2016, as coberturas de seguros são resumidas conforme a seguir:

<u>Modalidade de seguro</u>	<u>Riscos cobertos</u>	<u>Limites de indenização</u>
Todos os riscos	Responsabilidade civil - geral	20.000
	Riscos operacionais	23.000
Seguro-garantia	Garantia de execução do contrato de concessão	10.055

21. APROVAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

A emissão das demonstrações financeiras foi autorizada pela Administração em 13 de fevereiro de 2017.